

Técnicos dizem que indexação salarial é inevitável

BRASÍLIA — A alternativa para a política salarial que se discute atualmente no Ministério do Planejamento, em substituição ao gatilho, é a volta da indexação dos salários, uma sistemática semelhante à que existia antes do Plano Cruzado. A idéia é voltar a corrigir os salários a cada espaço de tempo, seis meses por exemplo, com base na variação da inflação do período.

Assessores do Ministro João Sayad consideram que o Governo terá inevitavelmente de adotar essa alternativa se a inflação continuar em patamares elevados nos próximos meses ou se ela se estabilizar na casa dos quatro a cinco por cento ao mês, taxas consideradas razoáveis para essa

etapa do Plano Cruzado.

A eliminação da escala móvel (correção automática dos salários toda a vez que a inflação chega aos 20 por cento) já é um consenso dentro do Governo, incluindo o Ministério do Trabalho. Todos os ministros da área econômica consideram o gatilho incompatível com altas taxas de inflação, uma vez que ele realimenta o processo inflacionário.

A questão é que os Ministros do Planejamento e do Trabalho defendem a tese de que a escala móvel só poderá ser alterada dentro de um contexto de negociação política, que envolva pelo menos as lideranças dos partidos que dão sustentação ao Governo e, se possível, os governadores.

Dentro dessa estratégia, a solução para o gatilho deverá surgir dentro dos próximos dois meses, na hipótese de que tudo corra bem durante essas negociações. Como resultado dessa estratégia, o gatilho será disparado pelo menos três vezes este ano: em janeiro, fevereiro e março.

A proposta de reindexação dos salários encontra uma dificuldade técnica. Ela não poderá ser adotada isoladamente, pois o Governo não poderá corrigir apenas um ativo da economia com base na inflação. Essa proposta implica, segundo os técnicos, a aceitação pelo Governo do retorno da correção monetária também para os ativos financeiros, bem como para o câmbio.